

Portobello

Sumário

Dados da empresa	1 a 3
Informações Trimestrais	4 a 21
Notas Explicativas	22 a 57
Comentários do Desempenho	58 a 69
Outras Informações	70 a 72
Relatório da Revisão Especial	73 a 75

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
4 - NIRE 42300030201		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO BR 101 KM 163		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
3 - CEP 88200-000	4 - MUNICÍPIO Tijucas		5 - UF SC
6 - DDD 048	7 - TELEFONE 3279-2201	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 048	12 - FAX 3279-2223	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL dri@portobello.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Mario Augusto de Freitas Baptista			
2 - ENDEREÇO COMPLETO BR 101 KM 163		3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 88200-000	5 - MUNICÍPIO Tijucas		6 - UF SC
7 - DDD 048	8 - TELEFONE 3279-2201	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 048	13 - FAX 3279-2223	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL dri@portobello.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/04/2010	30/06/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO CARLOS ALEXANDRE PERES					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 116.814.068-45		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	159.009	159.009	159.009
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	159.009	159.009	159.009
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1110 - Construção Civil, Mat. Constr. e Decoração
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Industrialização e Comercialização de revestimentos cerâmicos
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 29/10/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	553.668	500.015
1.01	Ativo Circulante	190.556	159.555
1.01.01	Disponibilidades	7.765	5.364
1.01.02	Créditos	94.109	73.052
1.01.02.01	Clientes	92.139	71.370
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.970	1.682
1.01.02.02.01	Títulos Valores Mobiliários	1.970	1.682
1.01.03	Estoques	79.801	74.078
1.01.04	Outros	8.881	7.061
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	3.258	2.639
1.01.04.02	Tributos a Recuperar	4.083	2.647
1.01.04.03	Dividendos a Receber	0	0
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	206	376
1.01.04.05	Outros	1.334	1.399
1.02	Ativo Não Circulante	363.112	340.460
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.505	153.941
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	129.630	128.209
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	37.092	37.860
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	92.538	90.349
1.02.01.03	Outros	45.875	25.732
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	7.799	2.400
1.02.01.03.02	IR e Contribuição Social Diferidos	14.099	3.140
1.02.01.03.03	Imóveis Destinados a Venda	57	57
1.02.01.03.04	Recebíveis da Eletrobrás, Líquido	16.334	11.586
1.02.01.03.05	Ativos Tributários	6.820	7.677
1.02.01.03.06	Outros	766	872
1.02.02	Ativo Permanente	187.607	186.519
1.02.02.01	Investimentos	7.983	4.628
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	7.785	4.430
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	198	198
1.02.02.02	Imobilizado	178.080	180.227
1.02.02.03	Intangível	1.544	1.664
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	553.668	500.015
2.01	Passivo Circulante	226.614	218.084
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	89.973	95.396
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	72.211	64.311
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	20.993	18.477
2.01.04.01	Parcelamento de Obrigações Fiscais	15.291	14.469
2.01.04.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.702	4.008
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	6.388	4.822
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	37.049	35.078
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	14.996	15.629
2.01.08.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.668	15.388
2.01.08.03	Outros	4.385	4.061
2.02	Passivo Não Circulante	267.422	241.276
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	267.422	241.276
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.323	35.456
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	22.047	20.056
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.922	5.541
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	185.130	180.223
2.02.01.06.01	Provisão para IR e Contribuição Social	16.625	16.853
2.02.01.06.02	Fundo de Previdência	3.155	3.249
2.02.01.06.03	Parcelamento de Obrigações Fiscais	133.694	128.133
2.02.01.06.04	Provisão para Perda em Investimentos	31.656	31.929
2.02.01.06.05	Outros	0	59
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	59.632	40.655
2.05.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.05.02	Reservas de Capital	267	267
2.05.03	Reservas de Reavaliação	49.784	50.455
2.05.03.01	Ativos Próprios	49.784	50.455
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(323)	(2.080)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(323)	(2.080)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(103.053)	(120.944)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01377-3	PORTOBELLO SA	83.475.913/0001-91

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	168.624	441.750	121.147	349.139
3.02	Deduções da Receita Bruta	(37.290)	(95.080)	(25.168)	(77.740)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	131.334	346.670	95.979	271.399
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(95.318)	(258.216)	(74.234)	(212.527)
3.05	Resultado Bruto	36.016	88.454	21.745	58.872
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(24.108)	(63.768)	(20.719)	(54.617)
3.06.01	Com Vendas	(16.696)	(43.234)	(11.386)	(33.092)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.202)	(9.371)	(2.861)	(8.522)
3.06.03	Financeiras	(8.812)	(22.341)	(7.554)	(21.642)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.017	8.799	874	5.842
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	2.884	8.243	415	1.855
3.06.03.01.02	Varição Cambial Líquida	(867)	556	459	3.987
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.829)	(31.140)	(8.428)	(27.484)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	10.677	15.852	1.085	10.203
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(7.946)	(9.238)	(553)	(1.383)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.871	4.564	550	(181)
3.07	Resultado Operacional	11.908	24.686	1.026	4.255
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	11.908	24.686	1.026	4.255
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(123)	(1.722)	0	0
3.11	IR Diferido	5.435	6.004	94	282
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01377-3	PORTOBELLO SA	83.475.913/0001-91

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	17.220	28.968	1.120	4.537
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	159.009	159.009	159.009	159.009
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,10830	0,18218	0,00704	0,02853
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(7.704)	(5.236)	(840)	26.379
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.105	34.283	5.940	9.729
4.01.01.01	Lucro do Exercício antes dos Tributos	11.908	24.686	1.026	4.255
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.013	12.403	4.065	11.053
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	(1.871)	(4.564)	(550)	181
4.01.01.04	Encargos Financeiros e Variação Cambial	(409)	3.464	1.098	(7.285)
4.01.01.05	IR e CS Diferidos	(5.435)	(6.004)	(94)	(282)
4.01.01.06	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	143	1.393	283	1.236
4.01.01.07	Provisão para Devedores Duvidosos	147	358	108	382
4.01.01.08	Custo Residual de Imobilizado Baixado	321	321	4	19
4.01.01.09	Ganho ou Perda Cambial s/ Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.10	IR/CS Pagos	1.288	2.226	0	170
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(17.809)	(39.519)	(6.780)	16.650
4.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	(20.916)	(27.820)	(4.017)	7.204
4.01.02.02	Aumento/(Redução) de Adto de Clientes	(633)	(3.677)	1.269	(3.223)
4.01.02.03	(Aumento)/Redução de T Vlr Mobilíários	(288)	2.309	1.895	3.621
4.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	(5.866)	(12.970)	991	(1.866)
4.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	2.824	1.473	2.649	4.495
4.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	(5.399)	(5.777)	(95)	(244)
4.01.02.07	(Aumento)/Redução IR e CSLL Diferidos	(10.959)	(11.260)	40	120
4.01.02.08	(Aumento)/Redução Ativos não Circulantes	(771)	(10.384)	(1.324)	(4.247)
4.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	7.900	6.212	(11.953)	(642)
4.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adto a Fornecedores	(619)	(1.138)	1.042	1.715
4.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	6.383	(611)	(1.930)	(4.055)
4.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	1.694	4.172	1.589	9.865
4.01.02.13	Aumento/(Redução) Obrigações Trabalhistas	2.280	6.963	4.432	12.308
4.01.02.14	Aumento/(Redução) Outras Contas a Pagar	1.890	1.376	(4.532)	(6.675)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 30/03/2009 a 30/09/2009	7 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01.02.15	Aumento/(Redução) Out Pg não Circulantes	4.671	11.613	3.164	(1.726)	
4.01.03	Outros	0	0	0	0	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(6.505)	(18.138)	(2.529)	(17.098)	
4.02.01	(Aquisição)/Baixa do Ativo Imobilizado	(2.068)	(13.697)	(2.529)	(17.098)	
4.02.02	(Aquisição)/Baixa do Ativo Intangível	0	(4)	0	0	
4.02.03	Recebíveis da Eletrobrás	(4.437)	(4.437)	0	0	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	16.610	24.125	2.390	(13.034)	
4.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	118.821	269.646	69.369	172.510	
4.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamento	(102.211)	(245.521)	(64.113)	(168.617)	
4.03.03	Pagamento à Empresas Ligadas	0	0	(2.866)	(16.927)	
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	2.401	751	(979)	(3.753)	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.364	7.014	3.672	6.446	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.765	7.765	2.693	2.693	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	50.455	0	(120.944)	(2.080)	40.655
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	50.455	0	(120.944)	(2.080)	40.655
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	17.220	0	17.220
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(671)	0	671	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.757	1.757
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	1.757	1.757
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	49.784	0	(103.053)	(323)	59.632

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	51.246	0	(133.483)	(1.154)	29.833
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	51.246	0	(133.483)	(1.154)	29.833
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	28.968	0	28.968
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(1.462)	0	1.462	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	831	831
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	831	831
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	49.784	0	(103.053)	(323)	59.632

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	529.879	472.899
1.01	Ativo Circulante	209.644	172.759
1.01.01	Disponibilidades	12.214	5.895
1.01.02	Créditos	101.711	80.895
1.01.02.01	Clientes	99.741	79.213
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.970	1.682
1.01.02.02.01	Títulos Valores Mobiliários	1.970	1.682
1.01.03	Estoques	82.883	76.418
1.01.04	Outros	12.836	9.551
1.01.04.01	Adiantamentos a Fornecedores	2.426	1.799
1.01.04.02	Tributos a Recuperar	8.180	5.233
1.01.04.03	Dividendos a Receber	0	0
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	469	695
1.01.04.05	Outros	1.761	1.824
1.02	Ativo Não Circulante	320.235	300.140
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.261	116.915
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	92.538	90.349
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	92.538	90.349
1.02.01.03	Outros	46.723	26.566
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	8.057	2.638
1.02.01.03.02	IR e Contribuição Social Diferidos	14.099	3.140
1.02.01.03.03	Imóveis Destinados a Venda	57	57
1.02.01.03.04	Recebíveis da Eletrobrás, Líquido	16.334	11.586
1.02.01.03.05	Ativos Tributários	6.820	7.677
1.02.01.03.06	Outros	1.356	1.468
1.02.02	Ativo Permanente	180.974	183.225
1.02.02.01	Investimentos	208	215
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	208	215
1.02.02.02	Imobilizado	179.091	181.204
1.02.02.03	Intangível	1.675	1.806
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	529.879	472.899
2.01	Passivo Circulante	236.083	225.031
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	89.973	95.401
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	73.373	65.429
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	26.294	21.899
2.01.04.01	Parcelamento de Obrigações Fiscais	16.086	15.245
2.01.04.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.208	6.654
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	6
2.01.06	Provisões	6.413	4.847
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	40.030	37.449
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	16.194	16.456
2.01.08.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.058	16.515
2.01.08.03	Outros	4.778	4.478
2.02	Passivo Não Circulante	234.356	207.402
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	234.356	207.402
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	56.087	36.195
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	22.053	20.056
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	156.216	151.151
2.02.01.06.01	Provisão para IR e Contribuição Social	16.625	16.853
2.02.01.06.02	Fundo de Previdência	3.155	3.249
2.02.01.06.03	Parcelamento de Obrigações Fiscais	136.414	130.970
2.02.01.06.04	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
2.02.01.06.05	Outros	22	79
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	1	4
2.05	Patrimônio Líquido	59.439	40.462
2.05.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.05.02	Reservas de Capital	267	267
2.05.03	Reservas de Reavaliação	49.784	50.455
2.05.03.01	Ativos Próprios	49.784	50.455
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(323)	(2.080)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(323)	(2.080)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(103.246)	(121.137)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01377-3	PORTOBELLO SA	83.475.913/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	181.222	477.441	132.164	381.567
3.02	Deduções da Receita Bruta	(38.551)	(98.410)	(26.276)	(80.377)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	142.671	379.031	105.888	301.190
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(95.390)	(260.762)	(76.157)	(218.424)
3.05	Resultado Bruto	47.281	118.269	29.731	82.766
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(33.593)	(89.658)	(27.629)	(75.853)
3.06.01	Com Vendas	(22.098)	(58.503)	(15.872)	(48.708)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.388)	(12.824)	(4.042)	(11.857)
3.06.03	Financeiras	(8.805)	(22.309)	(7.609)	(21.916)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.182	9.308	998	6.445
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	3.049	8.752	539	2.458
3.06.03.01.02	Varição Cambial Líquida	(867)	556	459	3.987
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.987)	(31.617)	(8.607)	(28.361)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	9.874	13.456	589	8.566
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(8.176)	(9.478)	(695)	(1.938)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	13.688	28.611	2.102	6.913
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	13.688	28.611	2.102	6.913
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.900)	(5.604)	(892)	(2.309)
3.11	IR Diferido	5.435	6.004	94	282
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(3)	(7)	(2)	(4)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	17.220	29.004	1.302	4.882
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	159.009	159.009	159.009	159.009
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,10830	0,18240	0,00819	0,03070
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(3.717)	(2.196)	3.427	26.380
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.655	46.300	7.952	15.418
4.01.01.01	Lucro do Exercício antes dos Tributos	13.688	28.611	2.102	6.913
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.073	12.669	4.161	11.464
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
4.01.01.04	Encargos Financeiros e Variação Cambial	(73)	3.709	1.903	(4.552)
4.01.01.05	IR e CS Diferidos	(5.435)	(6.004)	(94)	(282)
4.01.01.06	Provisão de Estoque a valor de Mercado	126	1.256	283	1.236
4.01.01.07	Provisão para Devedores Duvidosos	81	256	(455)	(396)
4.01.01.08	Custo Residual e de Imobilizado Baixado	321	321	50	79
4.01.01.09	Ganho ou Perda Cambial s/ Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.10	IR/CS Pagos	2.871	5.475	0	952
4.01.01.11	Participação de Acionistas Minoritários	3	7	2	4
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(19.372)	(48.496)	(4.525)	10.962
4.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	(20.834)	(31.560)	(4.989)	4.328
4.01.02.02	Aumento/(Redução) de Adto de Clientes	(262)	(4.060)	1.379	(2.858)
4.01.02.03	(Aumento)/Redução de T Vlr Mobilíarios	(288)	2.309	1.895	3.621
4.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	(6.750)	(13.142)	2.380	1.840
4.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	(1.998)	(9.302)	1.983	(5.766)
4.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	(5.419)	(5.840)	(116)	(313)
4.01.02.07	(Aumento)/Redução IR e CSLL Diferidos	(10.959)	(11.260)	40	120
4.01.02.08	(Aumento)/Redução Ativos não Circulantes	(1.535)	(6.079)	(1.286)	(4.423)
4.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	7.987	5.282	(11.647)	(462)
4.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adto a Fornecedores	(627)	(305)	1.083	1.758
4.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	6.285	(797)	(2.689)	(5.031)
4.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	3.554	8.254	2.492	12.001
4.01.02.13	Aumento/(Redução)Obrigações Trabalhistas	2.543	7.449	4.770	13.400

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 30/09/2009 a 30/09/2009
4.01.02.14	Aumento/(Redução)Outras Contas a Pagar	1.878	1.176	(1.610)	(9.571)
4.01.02.15	Aumento/(Redução)Outr Pg não Circulantes	7.053	9.379	1.790	2.318
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(6.597)	(18.347)	(2.590)	(17.212)
4.02.01	(Aquisição)/Baixa do Ativo Imobilizado	(2.160)	(13.906)	(2.590)	(17.212)
4.02.02	(Aquisição)/Baixa do Ativo Intangível	0	(4)	0	0
4.02.03	Recebíveis da Eletrobrás	(4.437)	(4.437)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	16.633	24.139	(882)	(13.808)
4.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	118.844	269.680	65.048	171.797
4.03.02	Pagamento Empréstimos e Financiamento	(102.211)	(245.541)	(65.393)	(183.902)
4.03.03	Pagamento à Empresas Ligadas	0	0	(537)	(1.703)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(18)	34	0	0
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	6.301	3.630	(45)	(4.640)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.895	8.618	4.422	9.017
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.196	12.248	4.377	4.377

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	50.455	0	(121.137)	(2.080)	40.462
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	50.455	0	(121.137)	(2.080)	40.462
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	17.220	0	17.220
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(671)	0	671	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.757	1.757
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	1.757	1.757
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	49.784	0	(103.246)	(323)	59.439

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	51.246	0	(133.712)	(1.154)	29.604
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	51.246	0	(133.712)	(1.154)	29.604
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	29.004	0	29.004
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(1.462)	0	1.462	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	831	831
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	831	831
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	49.784	0	(103.246)	(323)	59.439

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR DO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010

(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), produz e comercializa revestimentos cerâmicos destinados ao revestimento de paredes internas (azulejos), mosaicos, fachadas externas, pisos, porcelanato técnico, porcelanato esmaltado, peças decoradas, peças especiais e serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem por objetivo deter participação societária em outras sociedades controladas. Em 30 de setembro de 2010, a Companhia detinha participação nas seguintes empresas controladas:

- (a) Portobello América, Inc. - Realiza distribuição e venda dos produtos Portobello no mercado norte-americano. Está localizada em Pompano Beach, Flórida.
- (b) Mineração Portobello Ltda. - Responde pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima que a Portobello S.A. utiliza na produção de revestimentos cerâmicos. Possui jazidas em diversos municípios nos Estados de Santa Catarina e Paraná.
- (c) PBTech Ltda. - Situada em Tijucas/SC, foi constituída com o objetivo de oferecer aos clientes do canal engenharia (empresas de construção civil) atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços.
- (d) Portobello Shop S.A. - Empresa administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello especializadas em revestimentos cerâmicos e conta com 103 lojas.

Em 30 de setembro de 2010, a Portobello S.A. apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 36.058 (R\$ 58.529 em 30 de junho de 2010) e no consolidado R\$ 26.439 (R\$ 52.272 em 30 de junho de 2010). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- (a) Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação.
- (b) Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: redução de custos, substituição de equipamentos por outros de maior produtividade, lançamento de produtos inovadores.

Como parte dos planos da administração para melhorar seus resultados operacionais e a deficiência de capital circulante líquido negativo, a Companhia implementou as seguintes ações que já estão apresentando resultados satisfatórios:

- Redução do portfólio com vistas a maior produtividade;
- Concentração das exportações em mercados mais rentáveis;
- Terceirização da produção de produtos de menor margem;
- Aumento das vendas nas lojas franqueadas.

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas, e são apresentadas, considerando a continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado)

As Informações Trimestrais Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Na elaboração dessas Informações Trimestrais, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Informações Trimestrais da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Os saldos de ativo, passivo, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre a Companhia e suas empresas controladas foram eliminados para fins de preparação das Informações Trimestrais Consolidadas. Também foram eliminados os saldos de investimentos mantidos pela Companhia e destacada a participação dos acionistas minoritários.

As Informações Trimestrais Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras das seguintes empresas controladas:

	%	
	30.09.10	30.06.10
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

Quando aplicável, as práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são ajustadas para refletir as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Resultado		Patrimônio Líquido	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.06.10
Controladora	28.968	4.537	59.632	40.655
Lucro não realizado nos estoques	(193)	(285)	(193)	(193)
Reversão do lucro não realizado	229	630	-	-
Consolidado	29.004	4.882	59.439	40.462

2.2. Descrição das Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Informações Trimestrais Consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação), mantidos até o vencimento e os recebíveis, uma vez que não existem ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Títulos e valores mobiliários)

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

(c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Companhia não ajusta as contas a receber ao seu valor presente por serem os prazos de vencimento destas de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos não são atualizados monetariamente e estão apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

(g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

(h) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 13, às quais são anualmente revisadas. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no exigível a longo prazo.

Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(i) Intangível

Refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear correspondente ao prazo estimado de recuperação.

(j) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 13.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

(k) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(l) Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia e

registrado no passivo circulante sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras Despesas Operacionais”.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base “pró-rata dia”.

(o) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

(p) Plano de previdência privada

Encontram-se reconhecidos pelo regime de competência de exercícios e foram computados conforme descrito na nota explicativa 20.

(q) Transações com empresas ligadas e partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 19.

(r) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(s) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como Ajuste Acumulado de Conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”.

2.3. Novas práticas contábeis a serem adotadas a partir de 2010

Durante o exercício de 2009, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, várias normas e interpretações a serem adotadas a partir do exercício de 2010. Através do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/2010 de 31 de março de 2010, a CVM esclareceu o entendimento da Deliberação CVM 603 de 10 de novembro de 2009, prorrogando para dezembro de 2010 a aplicação obrigatória dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC editados e aprovados por esta Comissão em 2009. A Companhia decidiu por não contemplar a antecipação da adoção dos novos pronunciamentos.

Baseado no exposto, a Companhia preparou esta Demonstração Financeira de acordo com as práticas contábeis em vigor até 31 de dezembro de 2009, que será reapresentada oportunamente após a adoção integral das novas normas contábeis.

Dentre as normas publicadas em 2009 e aplicáveis à Companhia, as seguintes poderão ter algum impacto nas Demonstrações Financeiras em 2010, nesta situação tendo as cifras do exercício de 2009, reapresentadas para fins de comparação.

(a) Pronunciamentos

- CPC 16 – Estoques.
- CPC 20 - Custos de empréstimos.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros.
- CPC 24 - Eventos subseqüentes.
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.
- CPC 27 - Ativo imobilizado.
- CPC 30 – Receitas.
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro.
- CPC 33 - Benefícios a empregados.
- CPC 34 - Exploração e avaliação de recursos minerais.
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas.
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação.
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação.

(b) Interpretações

- ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.
- ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares.

Face à complexidade dos cálculos, das estimativas e definições de diretrizes, a Companhia está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações financeiras, até o presente momento não há indicativos que os impactos sejam relevantes.

3. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - Mercado interno	83.874	66.186	92.027	74.442
Clientes - Mercado externo	13.025	15.259	12.590	15.028
	96.899	81.445	104.617	89.470
Provisão para devedores duvidosos	(2.766)	(2.619)	(2.882)	(2.801)
Duplicatas descontadas	(5)	(5)	(5)	(5)
Adiantamento sobre cambiais de exportação	(1.989)	(7.451)	(1.989)	(7.451)
	(4.760)	(10.075)	(4.876)	(10.257)
Total	92.139	71.370	99.741	79.213

A composição das contas a receber de terceiros por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
A vencer	88.357	74.160	93.797	79.263
Vencidos até 30 dias	2.533	2.416	2.774	2.973
Vencidos de 31 a 60 dias	1.011	257	1.510	1.527
Vencidos de 61 a 90 dias	414	345	1.003	590
Vencidos de 91 a 180 dias	705	667	1.510	1.135
Vencidos de 181 a 360 dias	1.113	981	1.141	1.181
Vencidos há mais de 360 dias	2.766	2.619	2.882	2.801
Total	96.899	81.445	104.617	89.470

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos financeiros existentes na controladora e no consolidado em 30 de setembro de 2010, classificados como mantidos até o vencimento estão representados por conta bancária com saldo de R\$ 1.970 (R\$ 1.682 em 30 de junho de 2010) e são remunerados pela variação de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com vencimento em 12 de setembro de 2011.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Produtos acabados	74.802	68.394	78.084	70.951
Produtos em processo	6.331	6.905	6.331	6.905
Matérias-primas e materiais de consumo	8.175	8.143	8.175	8.143
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(9.507)	(9.364)	(9.707)	(9.581)
Total	79.801	74.078	82.883	76.418

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
ICMS	116	87	153	124
IPI (a)	844	787	844	787
IRRF	20	31	388	400
IRPJ (b)	2.172	1.177	4.723	2.558
CSLL (b)	798	444	1.742	964
PIS	-	-	37	125
Outros	133	121	293	275
Total	4.083	2.647	8.180	5.233

- (a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, será mantida até 31 de dezembro de 2010, conforme o Decreto nº 7.222 de 29 de junho de 2010. Esta medida origina créditos que são utilizados mensalmente para compensação de tributos federais.
- (b) O regime tributário da Companhia é real anual, e a contabilização dos pagamentos é por estimativa e estão registrados no ativo para apuração real no final do exercício.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 18) e está discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Cível	5	5	222	202
Trabalhista (a)	5.891	530	5.932	571
Tributária	1.903	1.865	1.903	1.865
Total	7.799	2.400	8.057	2.638

- (a) Neste trimestre, a Justiça determinou o bloqueio de numerários no montante de R\$ 5.441 referente ao processo trabalhista de nº 158600-62.2006.05.0029.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Base para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Prejuízo fiscal	29.683	29.846	29.683	29.846
Diferenças temporárias	11.786	17.675	11.786	17.675
Provisão para contingências	14.985	13.387	14.985	13.387
Provisão para PIS sobre ICMS	2.397	2.047	2.397	2.047
Provisão para COFINS sobre ICMS	11.053	9.443	11.053	9.443
Provisão para fundo de previdência	3.155	3.248	3.155	3.248
Variação cambial pelo regime de caixa	(21.631)	(22.608)	(21.631)	(22.608)
Diferença de depreciação contábil e fiscal	(13.599)	(9.817)	(13.599)	(9.817)
Provisão sobre aplicação financeira	-	6.185	-	6.185
Provisão para ajuste a valor de mercado do estoque	12.366	12.225	12.366	12.225
Provisão para devedores duvidosos	2.766	2.619	2.766	2.619
Ajuste a valor presente - ICMS PRODEC	(1.851)	(1.190)	(1.851)	(1.190)
Outras diferenças temporárias	2.145	2.136	2.145	2.136
Total	41.469	47.521	41.469	47.521

(b) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2010 e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Imposto de renda diferido				
Sobre prejuízos fiscais	7.421	7.461	7.421	7.461
Sobre diferenças temporárias ativas	2.946	4.419	2.946	4.419
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	-	(9.571)	-	(9.571)
	10.367	2.309	10.367	2.309
Contribuição social diferida				
Sobre base negativa	2.671	2.686	2.671	2.686
Sobre diferenças temporárias ativas	1.061	1.591	1.061	1.591
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	-	(3.446)	-	(3.446)
	3.732	831	3.732	831
Total	14.099	3.140	14.099	3.140

A expectativa de realização do valor de R\$ 14.099 será em 2 anos e está baseada em projeções aprovadas pelo Conselho de Administração, a que levou à reversão da provisão para ajuste ao valor recuperável. A aprovação da projeção está baseada no crescimento significativo do resultado da Companhia.

(c) Composição dos tributos registrados no resultado:

	3º trimestre de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Imposto de Renda				
Provisão para imposto de renda - corrente	(89)	-	(1.394)	(654)
Constituição para IR diferido				
Contingência ativa - Eletrobrás	(3.455)	-	(3.455)	-
Contingência ativa - Pré 90	(775)	-	(775)	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	10.368	-	10.368	-
Reversão da provisão para ajuste a valor presente	(2.309)	-	(2.309)	-
Realização do IR diferido sobre realização da reserva de reavaliação	168	99	168	99
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	-	(30)	-	(30)
	3.908	69	2.603	(585)
Contribuição Social				
Provisão para contribuição social - corrente	(34)	-	(506)	(238)
Constituição para CSLL diferida				
Contingência ativa - Eletrobrás	(1.244)	-	(1.244)	-
Contingência ativa - Pré 90	(279)	-	(279)	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	3.732	-	3.732	-
Reversão da provisão para ajuste a valor presente	(831)	-	(831)	-
Realização do CSLL diferido sobre realização da reserva de reavaliação	60	36	60	36
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	-	(11)	-	(11)
	1.404	25	932	(213)
Total	5.312	94	3.535	(798)

	Acumulado de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Imposto de Renda				
Provisão para imposto de renda - corrente	(1.261)	-	(4.111)	(1.693)
Constituição para IR diferido				
Contingência ativa - Eletrobrás	(3.455)	-	(3.455)	-
Contingência ativa - Pré 90	(775)	-	(775)	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	10.368	-	10.368	-
Reversão da provisão para ajuste a valor presente	(2.087)	-	(2.087)	-
Realização do IR diferido sobre realização da reserva de reavaliação	363	296	363	296
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	-	(89)	-	(89)
	3.153	207	303	(1.486)
Contribuição Social				
Provisão para contribuição social - corrente	(461)	-	(1.493)	(616)
Constituição para CSLL diferida				
Contingência ativa - Eletrobrás	(1.244)	-	(1.244)	-
Contingência ativa - Pré 90	(279)	-	(279)	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias	3.732	-	3.732	-
Reversão da provisão para ajuste a valor presente	(751)	-	(751)	-
Realização do CSLL diferido sobre realização da reserva de reavaliação	132	107	132	107
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	-	(32)	-	(32)
	1.129	75	97	(541)
Total	4.282	282	400	(2.027)

(d) Reconciliação da alíquota efetiva dos tributos:

	3º trimestre de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Lucro antes dos tributos	11.907	1.026	13.688	2.102
Alíquota nominal dos tributos (IR e CSLL)	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário à alíquota básica	(4.048)	(349)	(4.654)	(715)
Efeito tributário de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	636	187	-	-
Depreciação de ativos reavaliados	(1.852)	(25)	(2.387)	(36)
Reversão da provisão para ajuste ao valor recuperável	(134)	(135)	(134)	(135)
Outras despesas não dedutíveis	5.275	322	5.275	(6)
Provisão para IR e CSLL	(123)	-	(1.900)	(892)
Constituição de IR e CSLL diferidos	5.435	94	5.435	94
Valor líquido lançado ao resultado	5.312	94	3.535	(798)

	Acumulado de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Lucro antes dos tributos	24.685	4.255	28.610	6.913
Alíquota nominal dos tributos (IR e CSLL)	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário à alíquota básica	(8.393)	(1.447)	(9.727)	(2.350)
Efeito tributário de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.552	(62)	-	-
Depreciação de ativos reavaliados	(704)	(123)	(1.700)	(226)
Reversão da provisão para ajuste ao valor recuperável	(403)	(406)	(403)	(406)
Outras despesas não dedutíveis	6.226	2.038	6.226	673
Provisão para IR e CSLL	(1.722)	-	(5.604)	(2.309)
Constituição de IR e CSLL diferidos	6.004	282	6.004	282
Valor líquido lançado ao resultado	4.282	282	400	(2.027)

(e) Regime Tributário de Transição (RTT)

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 referente aos exercícios de 2009 e 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

9. RECEBÍVEIS DA ELETROBRAS LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - ELETROBRAS visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pagos através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a ELETROBRAS e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da ELETROBRAS que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de Junho de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 (R\$ 11.586 líquido de provisão para IRPJ e CSLL).

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136 (R\$ 6.961 líquido de provisão para IRPJ e CSLL), registrada sob rubrica "Outras Receitas Operacionais". O valor do ativo em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 24.749 (R\$ 16.334 líquido de provisão para IRPJ e CSLL).

10. ATIVOS TRIBUTÁRIOS

(a) A Companhia possui vários processos judiciais requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença, com os valores já apurados pela contabilidade da Justiça Federal. Desta forma, a Companhia reconheceu, em novembro de 2009, o valor incontroverso, atualizado até 30 de setembro de 2010, de R\$ 10.333 (R\$ 6.820 líquido da provisão para IRPJ e CSLL).

(b) Os processos nº 1998.34.00.029022-4 e nº 1984.00.020114-0 também encontram-se, em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela justiça federal e ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente (vide nota explicativa 16).

Em relação ao processo nº 1998.34.00.029022-4 a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença que deverá ocorrer até dezembro de 2010 e em relação ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vencidos, a partir de janeiro de 2011, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.222 de 29 de junho de 2010.

11. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Títulos e valores mobiliários (a)	-	6.186	-	6.186
Provisão para perda	-	(6.186)	-	(6.186)
Depósitos em garantia	-	-	590	596
ICMS sobre ativo imobilizado	293	293	293	293
Valores a receber - SIMAB (b)	4.535	4.535	4.535	4.535
(-) Provisão para perda	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)
Contas a receber de clientes	473	579	473	579
Total	766	872	1.356	1.468

- (a) Em 2005 a Companhia registrou provisão para perdas para a totalidade dos títulos e valores mobiliários relativos a operações com o Banco Santos, instituição financeira que teve sua falência decretada em 2005. Em face de exigência de reciprocidade, a Companhia adquiriu debêntures de empresas do mesmo grupo econômico do Banco (SANTOSPAR Investimentos e Participações S.A. e SANVEST Participações S.A.), no valor de R\$ 5.577 (R\$ 6.186 na data da falência). A partir da intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A a Companhia ajuizou ação com o propósito de compensar os débitos (contratos ACC), com os créditos (Debêntures), no valor de R\$ 5.577. Em 30 de setembro de 2010 a ação foi julgada improcedente e então registrou-se a baixa definitiva destes crédito utilizando-se da provisão constituída por ocasião da decretação da falência.
- (b) A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço o montante de contas a receber de longo prazo no valor de R\$ 4.535 referente ao contrato de cessão de créditos tributários (crédito prêmio de Impostos sobre Produto Industrializado - IPI) celebrado com a SIMAB S.A. e constituiu provisão para perda no mesmo valor do ativo. A Companhia está adotando algumas medidas para requerer judicialmente o ressarcimento dos créditos cedidos, em razão da impossibilidade de compensação, conforme estipulação contratual.

12. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Investimentos com passivo a descoberto				Investimentos
	Portobello América, Inc.	PBTech Ltda.	Mineração Portobello Ltda.	Provisão para perda em investimentos	Portobello Shop S.A.
Capital social integralizado	16.844	3.337	167		400
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 30 de setembro de 2010	(28.266)	(3.057)	(333)		7.785
Resultado do exercício em 30 de setembro de 2010	(1.054)	(455)	25		3.355
<i>Participação no capital em %</i>	<i>100,00%</i>	<i>99,94%</i>	<i>99,76%</i>		<i>99,90%</i>
Saldo em 31 de março de 2010	(27.934)	(2.424)	(389)	(30.747)	2.293
Resultado da equivalência patrimonial	(721)	(178)	31	(868)	2.137
Ajustes de conversão	(314)	-	-	(314)	-
Saldo em 30 de junho de 2010	(28.969)	(2.602)	(358)	(31.929)	4.430
Resultado da equivalência patrimonial	(1.054)	(455)	25	(1.484)	3.355
Ajustes de conversão	1.757	-	-	1.757	-
Saldo em 30 de setembro de 2010	(28.266)	(3.057)	(333)	(31.656)	7.785

A provisão para perda em investimentos no montante de R\$ 1.484 sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto e a receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. de R\$ 3.355 foram registradas no resultado na rubrica "Resultado de Equivalência Patrimonial" com efeito líquido de R\$ 1.871.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia reconheceu R\$ 1.757 de ganhos com a conversão das demonstrações financeiras da subsidiária integral Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar Norte-Americano para o Real.

13. IMOBILIZADO

(a) Composição

	Taxa Média Anual de Depreciação	Controladora			Consolidado		
		30.09.10		30.06.10	30.09.10	30.06.10	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos		11.110	-	11.110	11.432	11.488	11.809
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	89.360	(9.639)	79.721	80.365	79.931	80.602
Máquinas e equipamentos	15%	268.940	(185.444)	83.496	85.343	83.716	85.586
Móveis e utensílios	10%	7.686	(6.838)	848	912	1.028	1.027
Computadores	20%	11.716	(11.028)	688	559	710	564
Outras imobilizações	20%	197	(147)	50	54	50	54
Imobilizações em andamento		2.167	-	2.167	1.562	2.168	1.562
Total		391.176	(213.096)	178.080	180.227	179.091	181.204

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	30.09.10	Controladora				30.06.10
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Terrenos	11.110	-	-	-	(321)	11.432
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.721	-	-	(644)	-	80.365
Máquinas e equipamentos	83.496	93	1.175	(3.116)	-	85.343
Móveis e utensílios	848	-	-	(64)	-	912
Computadores	688	194	-	(65)	-	559
Outras imobilizações	50	-	-	(4)	-	54
Imobilizações em andamento	2.167	1.781	(1.175)	-	-	1.562
Total	178.080	2.068	-	(3.893)	(321)	180.227

	30.09.10	Consolidado				30.06.10
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Terrenos	11.488	-	-	-	(321)	11.809
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.931	-	-	(671)	-	80.602
Máquinas e equipamentos	83.716	93	1.175	(3.138)	-	85.586
Móveis e utensílios	1.028	80	-	(79)	-	1.027
Computadores	710	212	-	(66)	-	564
Outras imobilizações	50	-	-	(4)	-	54
Imobilizações em andamento	2.168	1.781	(1.175)	-	-	1.562
Total	179.091	2.166	-	(3.958)	(321)	181.204

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia. A revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado aconteceu em 2008, e as mesmas taxas foram mantidas em 2009 e 2010.

A AGE – Assembléia Geral Extraordinária, de 29 de dezembro de 2006, aprovou o registro da reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias, suportada em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens. O registro da reavaliação no montante de R\$ 62.652, foi creditado em conta de reserva de reavaliação no montante de R\$ 43.868, líquida dos efeitos fiscais de R\$ 18.784, reconhecidos no passivo não circulante. Esse incremento foi realizado em adição ao saldo de reserva de reavaliação de ativos no montante de R\$ 13.368, relacionados com reavaliações que antecederam o exercício de 2006 e que ainda encontram-se compondo o saldo das reservas de reavaliações.

A composição dos bens reavaliados em 2006 é:

	Valores antes da Reavaliação			Reavaliação 31.12.06	
	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.06	Complemento de Reserva de Reavaliação	Saldo após Reavaliação
Terrenos	5.803	-	5.803	7.402	13.205
Edificações	63.047	(33.566)	29.481	47.656	77.137
Benfeitorias	8.190	(3.189)	5.001	7.594	12.595
	77.040	(36.755)	40.285	62.652	102.937
				(18.784)	
				43.868	

(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Valor líquido da reavaliação

Portanto, considerando o complemento das reservas de reavaliações aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 49.784 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 50.455 em 30 de junho de 2010), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 1.462 (R\$ 1.192 no mesmo período de 2009), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 16.625 (R\$ 16.853 em 30 de junho de 2010).

14. INTANGÍVEL

(a) Composição

	Taxa Média Anual de Amortização	Controladora				Consolidado	
		30.09.10		30.06.10		30.09.10	30.06.10
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes		150	-	150	150	152	152
Softwares	20%	12.154	(11.660)	494	564	525	602
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(100)	900	950	918	972
Fundo de comércio		-	-	-	-	80	80
Total		13.304	(11.760)	1.544	1.664	1.675	1.806

(b) Movimentação do intangível

	30.09.10	Controladora	30.06.10
	Valor Líquido	Amortizações	Valor Líquido
Marcas e patentes	150	-	150
Software	494	(70)	564
Direito de exploração de jazidas	900	(50)	950
Total	1.544	(120)	1.664

	30.09.10	Consolidado	30.06.10
	Valor Líquido	Amortizações	Valor Líquido
Marcas e patentes	152	-	152
Software	525	(77)	602
Direito de exploração de jazidas	918	(54)	972
Fundo de comércio	80	-	80
Total	1.675	(131)	1.806

(c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Software	63	214	141	71	27	9
Direito de exploração de jazidas	54	214	200	200	200	50
Total	117	428	341	271	227	59

Os itens Marcas e Patentes e Fundo de Comércio, no montante de R\$ 232, não sofrem amortização.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Consolidado
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	
Circulante					
Moeda estrangeira					Encargos
"Suppliers credit"	7.382	7.548	7.382	7.548	VC+6,34% a.a. (Tx Média)
Adiantamento de contrato de câmbio	1.798	2.016	1.798	2.021	VC+7,00% a.a. (Tx Média)
Pré-pagamento (a)	4.649	2.656	4.649	2.656	VC+6,44% a.a. (Tx Média)
Total moeda estrangeira	13.829	12.220	13.829	12.225	VC + 6,46% a.a.
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)	1.021	521	1.021	521	13,21% a.a.
Exim Pré-embarque PSI (c)	12.569	-	12.569	-	7,00% a.a.
FINEP (e)	29	-	29	-	9,00% a.a.
Arrendamento financeiro	152	179	152	179	2,16% a.m.
Capital de giro no Brasil	62.373	82.476	62.373	82.476	17,28% a.a. (Tx Média)
Total moeda nacional	76.144	83.176	76.144	83.176	15,55% a.a.
Total do circulante	89.973	95.396	89.973	95.401	
Não circulante					
Moeda estrangeira					Vencimento
"Suppliers credit"	15.096	16.829	15.096	16.829	Mar/2014 VC+5,79% a.a. (Tx Média)
Pré-pagamento (a)	2.307	1.878	2.307	1.878	Mar/2012 VC+6,44% a.a. (Tx Média)
Total moeda estrangeira	17.403	18.707	17.403	18.707	VC + 5,88% a.a.
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)	3.000	3.500	3.000	3.500	Mar/2013 13,21% a.a.
Exim Pré-embarque PSI (c)	12.097	-	12.097	-	Dez/2011 7,00% a.a.
PRODEC (d)	3.300	2.530	3.300	2.530	Jun/2014 4,00% a.a. + UFIR
FINEP (e)	13.248	-	13.248	-	Set/2018 9,00% a.a.
Arrendamento financeiro	69	102	69	102	Abr/2012 2,16% a.m.
Capital de giro no Brasil	6.206	10.617	6.970	11.356	Dez/2012 17,09% a.a. (Tx Média)
Total moeda nacional	37.920	16.749	38.684	17.488	9,77% a.a.
Total do não circulante	55.323	35.456	56.087	36.195	
Total	145.296	130.852	146.060	131.596	

Exim Pré-embarque - Modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados à exportação.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

(a) Pré-pagamento - Em março e agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento nos valores de US\$ 2,780 e US\$ 2,000 milhões respectivamente. O primeiro contrato tem prazo de 2 anos e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e o segundo contrato tem prazo de 18 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A. Ambos os contratos não possuem cláusulas restritivas.

(b) Exim Pré-embarque TJ 462 - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de "BNDES – exim Pré-embarque TJ-462" no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

(c) Exim Pré-embarque PSI - Em agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de "BNDES – exim Pré-embarque PSI" no valor total de R\$ 16.597, com juros de 7% a.a. que serão amortizados da seguinte forma: R\$ 5.597 com vencimento em 15 de dezembro de 2011, R\$ 4.000 com carência de 6 meses e 12 prestações mensais e sucessivas e R\$ 7.000 com carência de 12 meses e 6

prestações mensais e sucessivas. Para estes contratos foram dados em garantia os recebíveis da Portobello S.A. Em setembro de 2010 houve a liberação de R\$ 8.000, com juros de 7% a.a. e prazo total de 18 meses, sendo 6 meses de carência e 12 parcelas mensais e sucessivas. A Companhia está aguardando a formalização da performance da garantia, na qual serão dados recebíveis da Portobello S/A no valor de 50% do saldo devedor. Até a sua formalização, foi concedido temporariamente um cheque caução no valor da respectiva garantia.

(d) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 30 de setembro de 2010 foi de 10,66% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

(e) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. O desembolso previsto será de quatro parcelas, sendo que a primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010 e as demais parcelas, no valor de R\$ 5.572 (segunda), R\$ 7.496 (terceira), R\$ 3.787 (quarta) possuem prazo entre as liberações de 180 dias. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 4% a.a.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos e recebíveis, reciprocidade com aplicações financeiras, aval dos controladores e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 10.099.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
2011	16.787	9.060	16.787	9.060
2012	15.098	14.025	15.862	14.764
2013	10.273	9.082	10.273	9.082
2014	4.684	2.103	4.684	2.103
2015	2.523	593	2.523	593
2016	2.523	593	2.523	593
2017	1.963	-	1.963	-
2018	1.472	-	1.472	-
	55.323	35.456	56.087	36.195

16. PARCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Obrigações Fiscais	Pedido de Parcelamento		30.09.10	30.06.10
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	50	11.219	11.594
	IPI	Dez/09	50	7.714	7.983
	PIS	Mar/09	41	436	458
	COFINS	Mar/09	41	2.010	2.109
	IRPJ	Mar/09	41	3.191	3.348
	CSLL	Mar/09	41	1.187	1.245
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	169	123.228	115.865
	MP 470	Nov/09	-	-	-
Total da Controladora				148.985	142.602
Parcela do circulante				15.291	14.469
Parcela do não circulante				133.694	128.133
PBTech Ltda.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	169	303	297
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	49	924	955
	PIS	Mar/09	8	2	3
	COFINS	Mar/09	41	151	158
	IRPJ	Mar/09	41	1.156	1.213
	CSLL	Mar/09	41	420	440
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	169	559	547
Total das Controladas				3.515	3.613
Total do Consolidado				152.500	146.215
Parcela do circulante				16.086	15.245
Parcela do não circulante				136.414	130.970

Os parcelamentos indicados acima estão sujeitos a atualização pela SELIC e estão sendo recolhidos no prazo.

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
2010	3.822	7.236	4.022	7.624
2011	15.291	14.469	16.085	15.243
2012	15.291	14.469	16.084	15.242
2013	15.291	14.469	16.084	15.242
2014	13.249	12.472	13.585	12.798
2015	8.750	8.084	8.812	8.143
2016	8.750	8.084	8.812	8.143
2017	8.750	8.084	8.812	8.143
2018	8.750	8.084	8.812	8.143
2019	8.750	8.084	8.812	8.143
2020	8.750	8.084	8.812	8.143
2021	8.750	8.084	8.812	8.143
2022	8.750	8.084	8.812	8.143
2023	8.750	8.084	8.812	8.143
2024	7.291	6.731	7.332	6.779
	148.985	142.602	152.500	146.215

(a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e está em fase de consolidação da Fazenda Nacional, recolhendo a parcela mínima de R\$ 391.

No terceiro trimestre de 2010, iniciou o processo de consolidação do parcelamento da Lei 11.941/09 e nesta oportunidade, considerando a manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o parcelamento da MP 470 (vide nota explicativa 16(b)), migrou os débitos relativos às compensações de tributos federais realizadas com crédito prêmio de IPI de origem posterior a 05 de outubro de 1990 adquirido de terceiros, do parcelamento concedido através da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 e registrou provisão contábil de R\$ 5.577 referente à diferença da redução de multa e juros (benefícios) desses parcelamentos. A intenção da Companhia é efetuar pedido de ressarcimento junto a Secretaria da Receita Federal (SRF) dos valores pagos através do parcelamento da MP 470 e considerar os débitos parcelados através da Lei 11.941/09.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. Estas desistências de ações contra as autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 10(b).

(b) MP 470 e MP 472 (convertida em Lei nº 12.249/10)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado a utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de

2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre R\$ 3.252 (vide nota explicativa 22) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 10. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até última instância, o impacto no resultado da Companhia seria redução de R\$ 2.523.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
IRRF	571	566	711	685
ICMS	2.183	1.340	2.190	1.345
PIS	209	78	271	127
COFINS	961	358	1.251	586
IRPJ	1.261	1.173	4.111	2.718
CSLL	461	426	1.493	986
Outros	56	67	181	207
Total	5.702	4.008	10.208	6.654

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis.

A abertura do saldo da provisão para contingências pode ser assim apresentada:

Montante Provisionado	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Cível	1.824	1.819	1.855	1.844
Trabalhista (a)	11.458	9.903	11.458	9.903
Tributária	1.703	1.665	1.703	1.665
Tributária (b)	13.450	11.491	13.450	11.491
	28.435	24.878	28.466	24.903
Circulante	6.388	4.822	6.413	4.847
Não Circulante	22.047	20.056	22.053	20.056

(a) Neste trimestre, a Companhia registrou provisão complementar no montante de R\$ 1.589 sob a rubrica "Outras Despesas Operacionais" (vide nota explicativa 22), que refere-se ao processo de nº 158600-62.2006.05.0029.

(b) A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo. Em 30 de setembro de 2010 o montante provisionado atualizado é de R\$ 13.450.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no exercício.

Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos advogados da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas em: perda provável, perda possível ou perda remota. Os valores classificados como perda provável são provisionados nos montantes estimados de perda e os valores classificados como perda possível são divulgados em Nota Explicativa.

Demonstrativo da movimentação da provisão para contingências:

Controladora	Provisões				Total
	Cível	Trabalhista (a)	Tributária	Tributária (b)	
30.06.10	1.819	9.903	1.665	11.491	24.878
Provisões	61	1.811	38	1.959	3.869
Baixas	(56)	(256)	-	-	(312)
30.09.10	1.824	11.458	1.703	13.450	28.435

Consolidado	Provisões				Total
	Cível	Trabalhista (a)	Tributária	Tributária (b)	
30.06.10	1.844	9.903	1.665	11.491	24.903
Provisões	67	1.811	38	1.959	3.875
Baixas	(56)	(256)	-	-	(312)
30.09.10	1.855	11.458	1.703	13.450	28.466

Demonstrativo da exposição máxima (riscos de perdas prováveis e possíveis):

Controladora	Cível	Trabalhista (a)	Tributária	Tributária (b)	Total
Provável	1.824	11.458	1.703	13.450	28.435
Possível	640	3.852	-	-	4.492
	2.464	15.310	1.703	13.450	32.927

Consolidado	Cível	Trabalhista (a)	Tributária	Tributária (b)	Total
Provável	1.855	11.458	1.703	13.450	28.466
Possível	664	3.872	-	-	4.536
	2.519	15.330	1.703	13.450	33.002

Perda Possível – não foram constituídas provisões contábeis para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas cíveis e trabalhistas, a seguir apresentadas:

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 99 reclamações trabalhistas (106 reclamações em 30 de junho de 2010), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. O montante em risco estimado é de R\$ 2.500.

Notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa, e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa. O valor atualizado em risco em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 1.372.

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 159 ações cíveis (162 ações em 30 de junho de 2010), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. O montante estimado em risco é de R\$ 664.

19. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre as Companhias do grupo, foram realizadas conforme abaixo.

	Empresas Controladas								Total	
	Portobello América, Inc.		PBTech Com. Serv. Ltda.		Portobello Shop S.A.		Mineração Portobello Ltda.			
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
ATIVO										
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	114	60	-	-	114	60
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-	834	844	834	844
Créditos com Controladas - Contas a receber LP	33.657	34.937	2.709	2.220	-	-	-	-	36.366	37.157
Créditos com Controladas - Contratos de mútuo	-	-	726	703	-	-	-	-	726	703
Total	33.657	34.937	3.435	2.923	114	60	834	844	38.040	38.764
PASSIVO										
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	-	-	4.922	5.541	-	-	4.922	5.541
Total	-	-	-	-	4.922	5.541	-	-	4.922	5.541
RESULTADO										
Receita de venda de produtos	7.088	5.810	1.833	608	-	-	-	-	8.921	6.418
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	4.574	3.049	-	-	4.574	3.049
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(2.169)	(1.448)	-	-	(2.169)	(1.448)
Compra de produtos	-	-	-	-	-	-	(1.232)	(772)	(1.232)	(772)
Total	7.088	5.810	1.833	608	2.405	1.601	(1.232)	(772)	10.094	7.247
	Empresas Ligadas								Total	
	Refinadora Catarinense S.A		Solução Cerâmica e Com. Ltda.		FHM Consult., Adm. e Particip. Ltda.					
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
ATIVO										
Valores a receber	92.538	90.349	-	-	-	-	92.538	90.349		
Contas a receber de clientes	-	-	616	566	-	-	616	566		
Total	92.538	90.349	616	566	-	-	93.154	90.915		
PASSIVO										
Adiantamento de clientes	-	-	400	320	-	-	400	320		
Total	-	-	400	320	-	-	400	320		
RESULTADO										
Despesas consultoria pessoa jurídica	-	-	-	-	225	150	225	150		
Total	-	-	-	-	225	150	225	150		

O preço de venda de produtos da Controladora para Controlada é o custo do produto acrescido de 15%.

Os contratos de mútuo com empresas ligadas são remunerados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possuem vencimento em 31 de dezembro de 2011.

Refinadora Catarinense

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 30 de setembro de 2010, estes créditos que também tem origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 92.538 e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Adicionalmente, a Refinadora Catarinense S/A permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

Importa dizer que os créditos em garantia estão na iminência de transformarem-se em precatório, cuja expectativa de recebimento destes haveres será iniciado no exercício de 2011. Ocasão em que a Companhia poderá iniciar o procedimento de compensação tributária, aguardar a conversão em pecúnia ou comercializar o precatório.

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria e gerência, registradas no trimestre findo em 30 de setembro de 2010 são:

	Acumulado de 2010 e 2009	
	30.09.10	30.09.09
Salários e encargos	4.695	3.855
Honorários de diretoria e encargos	1.481	1.357
Plano de previdência	332	309
Outros	828	698
Total	7.336	6.219

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia desde 01 de novembro de 1997 patrocina plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 41 colaboradores. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade. A avaliação atuarial, atualizada até 31 de agosto de 2010, apresenta um superávit R\$ 60 (R\$ 1.172 em junho de 2010), o qual não está registrado contabilmente.

Em 30 de setembro de 2010, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 3.155 (R\$ 3.249 em 30 de junho de 2010) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

Durante o terceiro trimestre de 2010 foram registrados no resultado, gastos com contribuições para este plano o montante de R\$ 215 (R\$ 186 no mesmo período em 2009), registrada sob a rubrica “Despesas Gerais e Administrativas”.

Premissas Atuariais

As principais premissas atuariais, em 30 de setembro, são as seguintes:

	30.09.10	30.09.09
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado

Em 27 de novembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada, na forma do art. 136 da Lei nº 6.404/76, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para uma ação preferencial que efetivamente aconteceu em 10 de janeiro de 2008, data em que a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957 (R\$ 112.957 em setembro de 2010) que está representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

(b) Reserva de reavaliação

Constituída em 2006 com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, sendo transferida para lucros acumulados na mesma proporção da depreciação ou baixa dos bens que a geraram (nota explicativa 13).

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

(a) Movimentação do 3º trimestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	806	519	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	119	118	119	118
Venda Imobilizado	600	42	600	42
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	-	363	-	363
Complemento empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)	9.136	-	9.136	-
Outras receitas	16	43	19	66
Total de outras receitas operacionais	10.677	1.085	9.874	589
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 18)	(1.862)	(476)	(1.868)	(444)
Tributos sobre outras receitas	(151)	(55)	(151)	(55)
Outras despesas	(35)	(22)	(259)	(196)
Custo do Imobilizado vendido	(321)	-	(321)	-
Migração dos débitos da MP 470 para Lei 11.941 (nota 16(a))	(5.577)	-	(5.577)	-
Total de outras despesas operacionais	(7.946)	(553)	(8.176)	(695)
Total Líquido	2.731	532	1.698	(106)

(a) A partir de 2010, a atualização dos ativos passou a ser contabilizada como receita financeira.

(b) Movimentação do acumulado de 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários	86	6.516	86	6.516
Receita de serviços com partes relacionadas	2.413	1.604	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	318	314	318	314
Venda de imobilizado	600	187	600	187
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	-	1.129	-	1.129
Complemento empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)	9.136	-	9.136	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (nota 16(b))	3.252	-	3.252	-
Outras receitas	47	453	64	420
Total de outras receitas operacionais	15.852	10.203	13.456	8.566
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 18)	(2.325)	(1.050)	(2.340)	(1.084)
Tributos sobre outras receitas	(255)	(223)	(255)	(223)
Indenização sobre contrato de terceiros	(121)	-	(121)	-
Tributos e taxas municipais (b)	(207)	-	(207)	-
Atualização de passivo atuarial	(139)	-	(139)	-
Custo do Imobilizado vendido	(321)	-	(321)	-
Outras despesas	(293)	(110)	(518)	(631)
Migração dos débitos da MP 470 para Lei 11.941 (nota 16(a))	(5.577)	-	(5.577)	-
Total de outras despesas operacionais	(9.238)	(1.383)	(9.478)	(1.938)
Total Líquido	6.614	8.820	3.978	6.628

(a) A partir de 2010, a atualização dos ativos passou a ser contabilizada como receita financeira.

(b) Pedido de ressarcimento de tributos municipais indeferido no segundo trimestre de 2010.

23. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	30.09.10	30.09.09
Até um ano	453	345
Mais de um ano até cinco anos	288	231
Total	741	576

24. RESULTADO FINANCEIRO

(a) Movimentação do 3º trimestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Receitas financeiras				
Juros	156	330	310	451
Descontos recebidos	36	85	47	88
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	311	-	311	-
Ativos tributários (nota 10(a))	197	-	197	-
Atualização do contas a receber com partes relacionadas (b)	2.184	-	2.184	-
Total das receitas financeiras	2.884	415	3.049	539
Despesas financeiras				
Juros	(6.041)	(5.814)	(6.095)	(5.834)
Comissões e taxas de serviços	(521)	(245)	(528)	(250)
Encargos financeiros com tributos	(3.884)	(1.592)	(3.963)	(1.705)
Deságios/despesas bancárias	(4)	(128)	(4)	(128)
Descontos concedidos	(183)	(137)	(186)	(138)
IOF	(196)	(512)	(196)	(552)
Outros	-	-	(15)	-
Total das despesas financeiras	(10.829)	(8.428)	(10.987)	(8.607)
Variação cambial líquida				
Aplicações financeiras	5	97	5	97
Contas a receber	134	76	134	76
Fornecedores	397	3.171	397	3.171
Empréstimos e financiamentos	1.800	4.466	1.800	4.466
Comissões	5	28	5	28
Variação cambial ativa	2.341	7.838	2.341	7.838
Aplicações financeiras	(8)	(696)	(8)	(696)
Contas a receber	(2.550)	(3.866)	(2.550)	(3.866)
Fornecedores	(321)	(2.373)	(321)	(2.373)
Empréstimos e financiamentos	(327)	(444)	(327)	(444)
Comissões	(2)	-	(2)	-
Variação cambial passiva	(3.208)	(7.379)	(3.208)	(7.379)
Resultado financeiro líquido	(8.812)	(7.554)	(8.805)	(7.609)

(a) Em 2009, a atualização do empréstimo compulsório era contabilizada na conta de outras receitas operacionais.

(b) Trata-se de cessão de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento. Em 2009 o reflexo desta atualização no resultado era nulo em função da utilização do mesmo índice de atualização para o ativo e para o passivo.

(b) Movimentação do acumulado de 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Receitas financeiras				
Juros	382	628	861	1.225
Juros sobre créditos tributários	169	988	169	988
Descontos recebidos	85	239	115	245
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	1.336	-	1.336	-
Ativos tributários (nota 10(a))	509	-	509	-
Atualização do contas a receber com partes relacionadas (b)	5.762	-	5.762	-
Total das receitas financeiras	8.243	1.855	8.752	2.458
Despesas financeiras				
Juros	(17.089)	(17.473)	(17.246)	(17.571)
Comissões e taxas de serviços	(1.710)	(998)	(1.729)	(1.003)
Encargos financeiros com tributos	(10.670)	(6.815)	(10.887)	(7.535)
Deságios/despesas bancárias	(522)	(590)	(522)	(601)
Descontos concedidos	(353)	(294)	(358)	(299)
IOF	(796)	(1.021)	(796)	(1.060)
Outros	-	(293)	(79)	(292)
Total das despesas financeiras	(31.140)	(27.484)	(31.617)	(28.361)
Variação cambial líquida				
Aplicações financeiras	424	490	424	490
Contas a receber	7.546	7.912	7.546	7.912
Fornecedores	1.803	6.448	1.803	6.448
Empréstimos e financiamentos	4.709	16.918	4.709	16.918
Comissões	19	43	19	43
Variação cambial ativa	14.501	31.811	14.501	31.811
Aplicações financeiras	(215)	(2.870)	(215)	(2.870)
Contas a receber	(8.466)	(19.135)	(8.466)	(19.135)
Fornecedores	(1.711)	(3.344)	(1.711)	(3.344)
Empréstimos e financiamentos	(3.548)	(2.434)	(3.548)	(2.434)
Comissões	(5)	(41)	(5)	(41)
Variação cambial passiva	(13.945)	(27.824)	(13.945)	(27.824)
	556	3.987	556	3.987
Resultado financeiro líquido	(22.341)	(21.642)	(22.309)	(21.916)

(a) Em 2009, a atualização do empréstimo compulsório era contabilizada na conta de outras receitas operacionais.

(b) Trata-se de cessão de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento. Em 2009 o reflexo desta atualização no resultado era nulo em função da utilização do mesmo índice de atualização para o ativo e para o passivo.

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de setembro de 2010, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2010
Coberturas	
Incêndio/Raio/Explosão Qualquer Natureza	84.000
Danos Elétricos	1.000
Tumultos	1.000
Vendaval/Fumaça c/impacto de Veículos	3.000
Responsabilidade Civil - Operações	2.500
Responsabilidade Civil - Empregador	2.500
Lucro Cessante dec. Vendaval c/Impacto	16.000
Lucro Cessante dec. Básica	16.000

A apólice vigente teve a prorrogação do seu vencimento até 15 de novembro de 2010, quando a Companhia espera celebrar um novo contrato de seguros.

26. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com honorários da administração somaram R\$ 442 no terceiro trimestre de 2010 (R\$ 396 no terceiro trimestre de 2009) e totalizaram até 30 de setembro R\$ 1.235 (R\$ 1.143 no mesmo período de 2009). A Assembléia Geral Ordinária de 19 de abril de 2010 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global dos administradores no montante máximo R\$ 4.320.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

As aplicações financeiras em fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos são avaliadas utilizando-se a técnica de marcação a mercado. Os Certificados de Depósitos Bancários são precificados pela curva, mas dada as suas características de prazo e liquidez, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos pelo valor justo, líquido dos custos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Os investimentos limitam-se a investimentos em controladas, registrado pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Gestão de riscos financeiros

A Companhia monitora regularmente sua exposição a esses riscos que são controlados e gerenciados por suas Tesouraria e Diretoria Financeira.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Não foi utilizado qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo.

(c) Risco de crédito

A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeiras.

(e) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O montante da dívida em moeda estrangeira equivale à aproximadamente 8 meses de receitas de exportação tomando-se como base a média do exercício de 2010. A receita exposta a variação cambial no período de amortização é próxima ao serviço da dívida, dispondo, portanto, de "hedge", natural em seu fluxo de caixa.

Risco de Exposição Cambial:

	Controladora em Reais		Consolidado em Reais	
	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Contas a receber	13.025	15.259	12.590	15.028
Adiantamento a Fornecedores	290	86	290	86
Investimentos em controladas	(28.266)	(28.969)	-	-
Fornecedores	(4.508)	(2.007)	(5.129)	(2.803)
Empréstimos e financiamentos	(31.232)	(30.927)	(31.232)	(30.932)
Passivos líquidos expostos	(50.691)	(46.558)	(23.481)	(18.621)

		Controladora em Moeda Estrangeira		Consolidado em Moeda Estrangeira	
		30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10
Contas a receber	Euro	208	314	208	314
Contas a receber	Dólar	5.900	6.085	7.457	8.547
Adiantamento a fornecedores	Euro	126	38	126	38
Investimentos em controladas	Dólar	(16.684)	(16.801)	-	-
Fornecedores	Euro	(869)	(733)	(869)	(733)
Fornecedores	Dólar	(1.476)	(145)	(1.842)	(587)
Empréstimos e financiamentos	Euro	(1.053)	(1.530)	(1.053)	(1.530)
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(15.938)	(14.176)	(15.938)	(14.179)

(f) Derivativos

A Companhia não celebrou instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

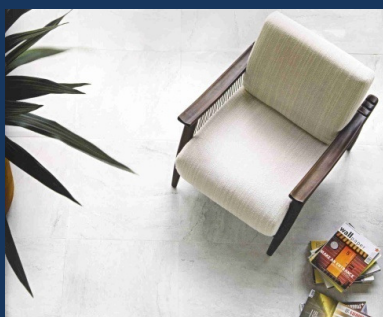
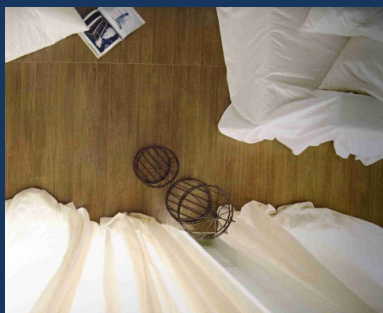
29. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(a) Movimentação do 3º trimestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Receitas	175.532	120.895	186.562	131.645
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	164.030	121.003	176.978	131.165
Outras Receitas	11.649	-	9.665	25
Reversão (provisão) Crédito Liquidação Duvidosa	(147)	(108)	(81)	455
Insumos Adquiridos de Terceiros	(92.527)	(66.665)	(96.089)	(72.655)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos	(67.601)	(51.097)	(67.471)	(53.929)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(24.882)	(15.592)	(28.585)	(18.750)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(44)	24	(33)	24
Valor Adicionado Bruto	83.005	54.230	90.473	58.990
Retenções	(4.013)	(4.065)	(4.073)	(4.161)
Depreciação e Amortização	(4.013)	(4.065)	(4.073)	(4.161)
Valor Adicionado Líquido Produzido	78.992	50.165	86.400	54.829
Valor Adicionado Recebido em Transferência	5.734	8.667	4.027	8.241
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.871	550	-	-
Receitas Financeiras	3.863	8.117	4.027	8.241
Valor Adicionado Total a Distribuir	84.726	58.832	90.427	63.070
Distribuição do Valor Adicionado	84.726	58.832	90.427	63.070
Pessoal	21.408	17.821	23.294	19.782
Remuneração Direta	18.252	15.663	19.896	17.459
Benefícios	1.823	1.270	1.985	1.380
FGTS	1.333	888	1.413	943
Impostos, Taxas e Contribuições	32.218	23.180	35.594	24.788
Federais	13.417	9.898	16.757	11.263
Estaduais	18.738	13.276	18.768	13.514
Municipais	63	6	69	11
Remuneração de Capitais de Terceiros	13.880	16.711	14.319	17.198
Juros	12.675	15.671	12.843	15.849
Aluguéis	1.205	1.040	1.476	1.349
Remuneração de Capitais Próprios	17.220	1.120	17.220	1.302
Lucros Retidos	17.220	1.120	17.220	1.302

(b) Acumulado de 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.09.10	30.09.09	30.09.10	30.09.09
Receitas	449.234	354.007	480.095	384.060
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	430.909	354.389	467.466	383.597
Outras Receitas	18.683	-	12.885	67
Reversão (provisão) Crédito Liquidação Duvidosa	(358)	(382)	(256)	396
Insumos Adquiridos de Terceiros	(234.153)	(190.420)	(246.312)	(207.642)
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	(175.552)	(146.875)	(177.752)	(152.526)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(58.717)	(43.609)	(68.687)	(55.180)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	116	64	127	64
Valor Adicionado Bruto	215.081	163.587	233.783	176.418
Retenções	(12.403)	(11.053)	(12.669)	(11.464)
Depreciação e Amortização	(12.403)	(11.053)	(12.669)	(11.464)
Valor Adicionado Líquido Produzido	202.678	152.534	221.114	164.954
Valor Adicionado Recebido em Transferência	25.945	24.366	21.890	25.150
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.564	(181)	-	-
Receitas Financeiras	21.381	24.547	21.890	25.150
Valor Adicionado Total a Distribuir	228.623	176.900	243.004	190.104
Distribuição do Valor Adicionado	228.623	176.900	243.004	190.104
Pessoal	59.191	52.398	64.548	58.953
Remuneração Direta	50.571	46.128	55.177	52.211
Benefícios	5.057	3.658	5.520	3.938
FGTS	3.563	2.612	3.851	2.804
Impostos, Taxas e Contribuições	93.389	70.707	101.286	75.043
Federais	44.914	33.055	52.686	36.764
Estaduais	48.349	37.614	48.439	38.231
Municipais	126	38	161	48
Remuneração de Capitais de Terceiros	47.075	49.258	48.166	51.226
Juros	43.722	46.189	44.223	47.063
Aluguéis	3.353	3.069	3.943	4.163
Remuneração de Capitais Próprios	28.968	4.537	29.004	4.882
Lucros Retidos	28.968	4.537	29.004	4.882



3T10

Dados - 30/09/2010

PTBL3: R\$ 1,74 por ação

Valor de Mercado

R\$ 277 milhões

Contatos:

Mario A. F. Baptista

Diretor Financeiro e
Relações com Investidores
Telefone (55 48) 3279-2211
Dri@portobello.com.br

Gladimir Brzezinski

Controller
Telefone (55 48) 3279-2211
Dri@portobello.com.br

Site de RI:

www.portobello.com.br/ri

Tijucas (SC), 04 de novembro de 2010. A Portobello S/A (BM&FBOVESPA - código: PTBL3), uma das maiores empresas do setor de revestimento cerâmico brasileiro, listada no segmento tradicional da BOVESPA desde 1991 e no Novo Mercado desde 2008, apresenta seus resultados do terceiro trimestre de 2010. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas de forma consolidada, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, e as comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2009 e ao terceiro trimestre de 2008, exceto quando estiver indicado de outra forma.

Portobello S/A apresenta Receita Líquida de R\$ 143 milhões no 3T10, 35% superior ao 3T09.

DESTAQUES DO PERÍODO

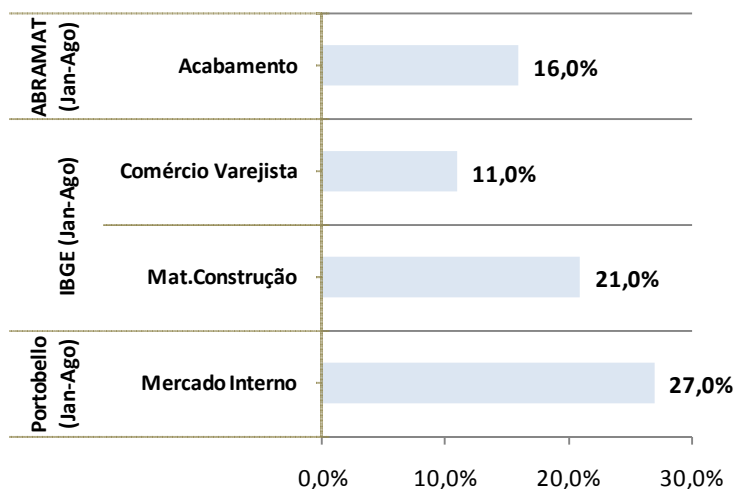
(comparações de 2010 e 2009)

- Volume de venda aumentou 44% quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- Crescimento de 35% na Receita Operacional Líquida;
- Lucro Operacional Bruto 59% superior;
- Crescimento de 1.223% no Resultado Líquido;
- EBIT 132% superior (111% no EBIT Ajustado).
- Crescimento de 92% no EBITDA (77% no EBITDA Ajustado).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os efeitos das medidas adotadas pela Administração: (i) redução de custo; (ii) substituição de equipamentos por outros de maior produtividade; (iii) lançamento de produtos inovadores; (iv) redução do portfólio com vistas a maior produtividade; (v) concentração das exportações em mercados mais rentáveis; (vi) terceirização da produção de produtos de menor margem e (vii) aumento das vendas nas lojas franqueadas, vem refletindo para aumentar a rentabilidade e a eficiência operacional da Companhia. Como resultado houve geração de caixa no trimestre (EBITDA) superior a R\$ 27 milhões, valor 92% superior ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida da empresa alcançou a marca dos R\$ 143 milhões, 35% superior ao terceiro trimestre de 2009, estabelecendo novo recorde trimestral. O lucro líquido no valor de R\$ 17 milhões foi 1.223% maior que o resultado do mesmo período de 2009. Além dos aspectos mencionados, também cabe ressaltar o desempenho do mercado de construção civil em 2010, que tem contribuído significativamente nas vendas da Companhia.

O bom momento do mercado de construção civil também é evidenciado pelo dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT).

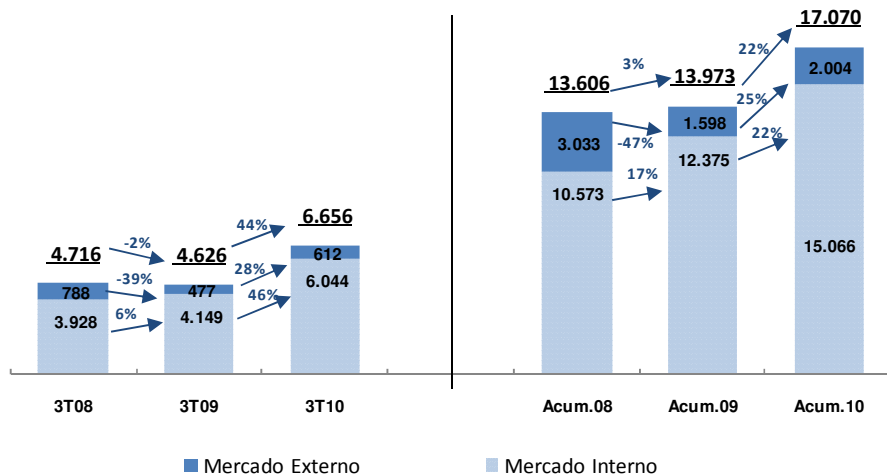


Comparando com o terceiro trimestre de 2009, as vendas do mercado interno mantiveram-se em crescimento, sendo 41% superior em receita líquida e 46% superior em volume. Na comparação acumulada até agosto, as vendas no mercado interno cresceram 27%, enquanto que o mercado brasileiro de construção civil - material de acabamento cresceu 16% conforme a ABRAMAT.

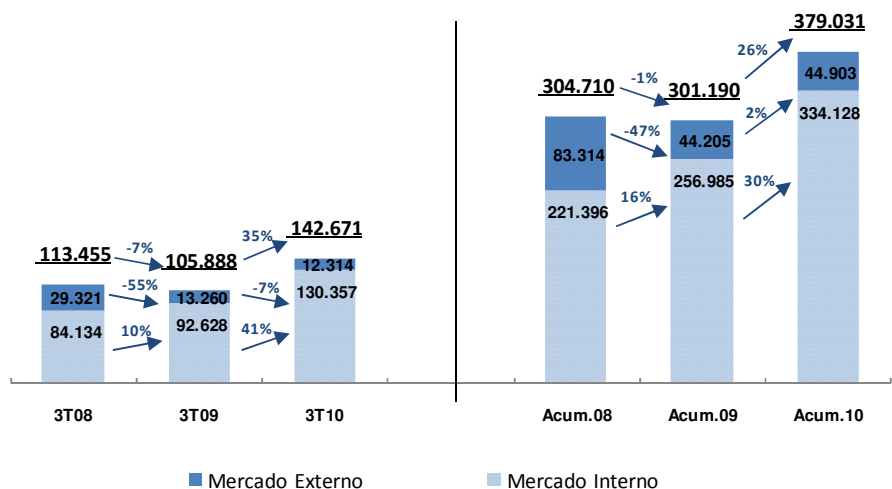
RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO	3T08	3T09	3T10
Receita Operacional Bruta	142.765	132.164	181.222
Receita Operacional Líquida	113.455	105.888	142.671
Lucro Operacional Bruto	35.814	29.731	47.281
<i>Margem Bruta</i>	32%	28%	33%
Despesas operacionais	(26.620)	(20.020)	(24.788)
Vendas	(20.193)	(15.872)	(22.098)
Gerais e Administrativas	(4.292)	(4.042)	(4.388)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.135)	(106)	1.698
EBIT	9.194	9.711	22.493
<i>Margem EBIT</i>	8%	9%	16%
Resultado Financeiro Líquido	(13.387)	(7.609)	(8.805)
Resultado Operacional	(4.193)	2.102	13.688
IR e CSLL	(3.014)	(798)	3.535
Resultado Líquido	(7.209)	1.302	17.220
<i>Margem Líquida</i>	-6%	1%	12%
EBITDA	13.877	13.872	26.566
<i>Margem EBITDA</i>	12%	13%	19%

DESEMPENHO COMERCIAL

Volume de Vendas (mil m²)



Receita Operacional Líquida (R\$ mil)



O volume de vendas aumentou 44% em consequência da estratégia comercial da Companhia e o crescimento significativo nas vendas de produtos comprados de terceiros para revenda. A receita líquida cresceu 35% quando comparada com o mesmo período do ano anterior, destacando novamente o mercado interno, que teve um aumento de 41%, com participação equilibrada dos canais Engenharia, Revenda e Portobello Shop. As vendas para o mercado externo atingiram os níveis esperados pela Companhia.

	3T08			3T09			3T10		
	Volume (mil m ²)	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Volume (mil m ²)	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Volume (mil m ²)	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado Interno	3.928	84.134	74%	4.149	92.628	87%	6.044	130.357	91%
Engenharia	1.595	28.045	25%	1.977	35.679	34%	2.316	42.136	30%
Revenda	1.437	28.430	25%	1.245	27.825	26%	2.227	45.112	32%
Portobello Shop	896	27.659	24%	927	29.124	28%	1.501	43.109	30%
Mercado Externo	788	29.321	26%	477	13.260	13%	612	12.314	9%
	4.716	113.455		4.626	105.888		6.656	142.671	

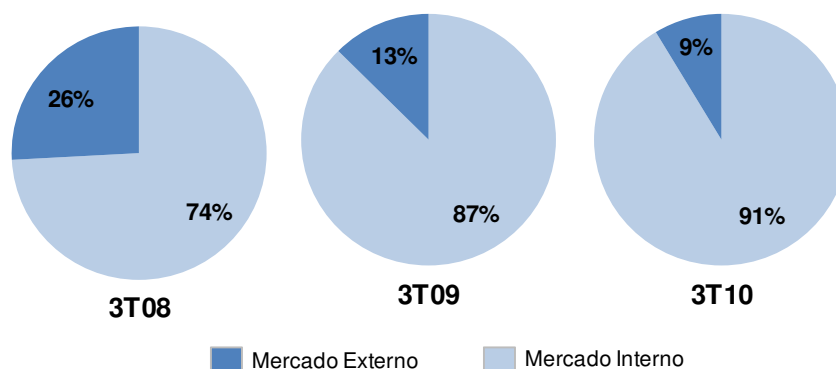
DISTRIBUIÇÃO

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

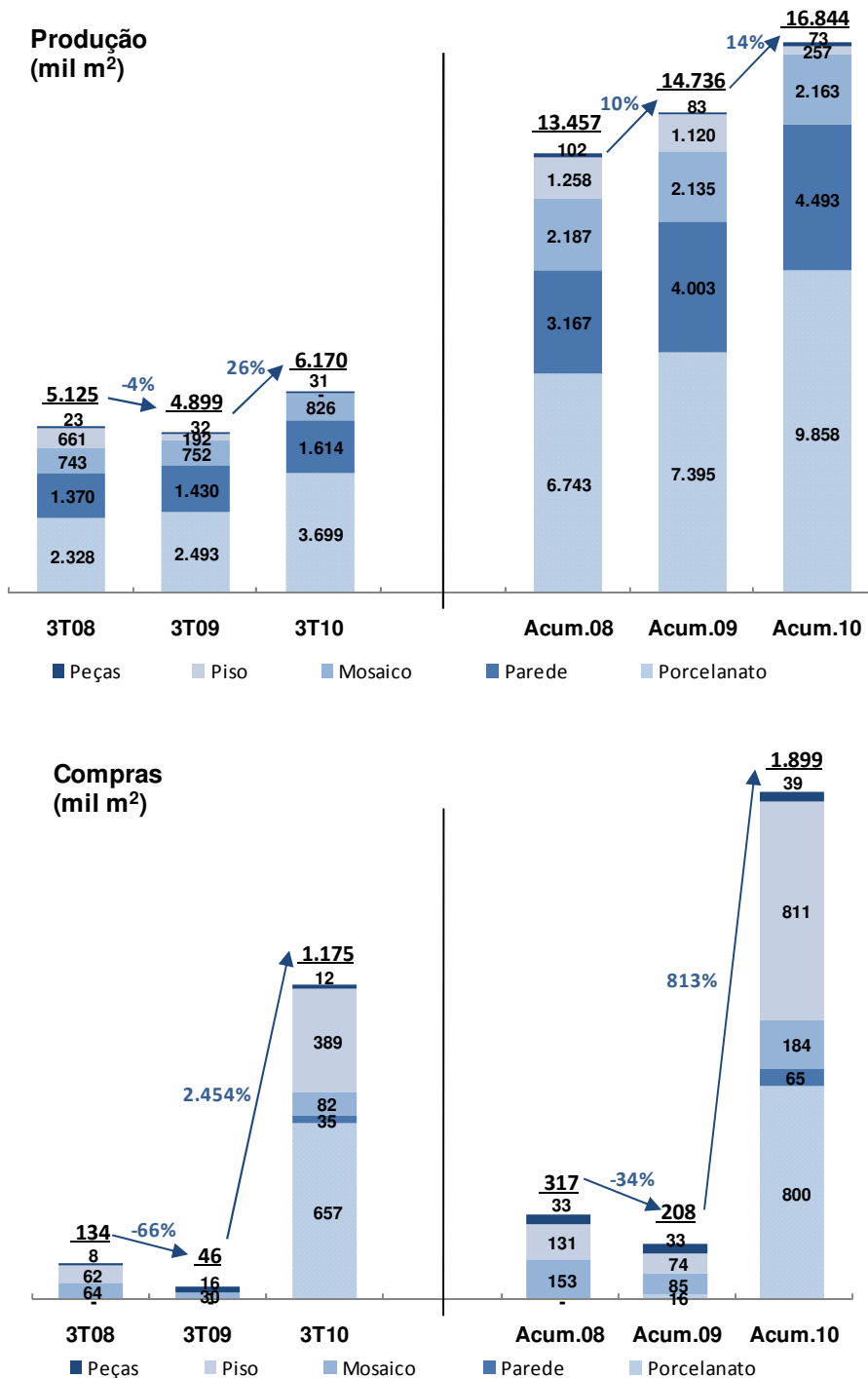
Mercado Interno: Três são os canais de distribuição: (i) “revendas multi-marcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 103 lojas localizadas em 89 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos Países, inclusive da subsidiária no exterior.

Distribuição da Receita



DESEMPENHO OPERACIONAL



O volume produzido neste período foi 26% maior em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à instalação de nova linha de produção na fábrica de porcelanato esmaltado no primeiro semestre, que refletiu em ganho de eficiência e qualidade nos demais fornos, além da otimização do portfólio de venda, somados à maior participação dos produtos comprados de terceiros para revenda.

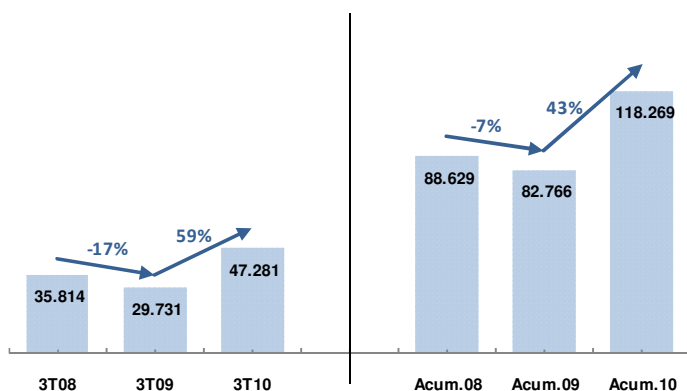
DESEMPENHO OPERACIONAL	3T08	3T09	3T10
Receita Operacional Bruta	142.765	132.164	181.222
(-) Deduções da Receita Líquida	(29.310)	(26.276)	(38.551)
(=) Receita Operacional Líquida	113.455	105.888	142.671
Mercado Interno	84.134	92.628	130.357
Mercado Externo	29.321	13.260	12.314
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(77.641)	(76.157)	(95.390)
(=) Lucro Operacional Bruto	35.814	29.731	47.281
Margem Bruta %	32%	28%	33%
Volume Vendido	4.716	4.626	6.656
Receita Média Unitária	24,06	22,89	21,43
Custo Médio unitário	(16,46)	(16,46)	(14,33)
Lucro Bruto Unitário	7,59	6,43	7,10

A composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	3T08		3T09		3T10	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumo	46.794	60%	45.976	60%	54.612	57%
Energia/Gás Natural	16.732	22%	16.244	21%	19.528	20%
Mão de obra	9.480	12%	10.228	14%	16.850	18%
Depreciação	4.635	6%	3.709	5%	4.400	5%
CPV	77.641		76.157		95.390	

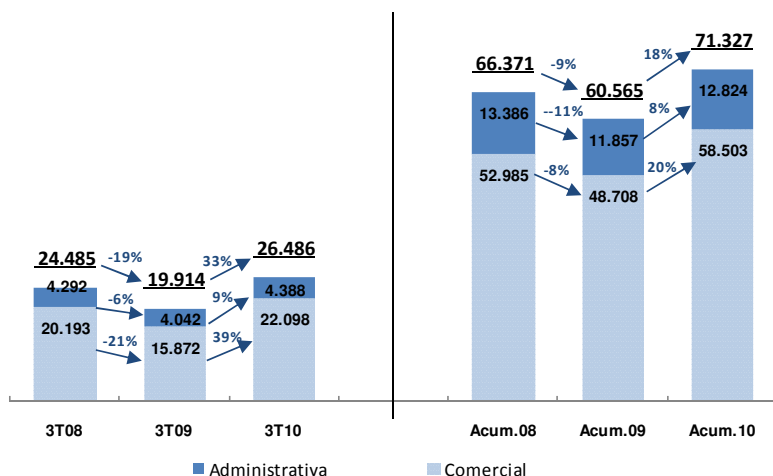
O quadro de pessoal consolidado ao final do exercício era constituído de 2.374 profissionais, sendo 2.216 próprios, 115 terceiros, 16 estagiários, 27 temporários.

Lucro Operacional Bruto



O lucro bruto aumentou 59% no terceiro trimestre de 2010, influenciado pelo aumento do volume de venda, pela venda de produtos com maior lucratividade, ganhos de percentual de primeira qualidade e maior eficiência de produção, resultando em margem bruta de 33% significativamente melhor do que os 28% obtidos no terceiro trimestre de 2009.

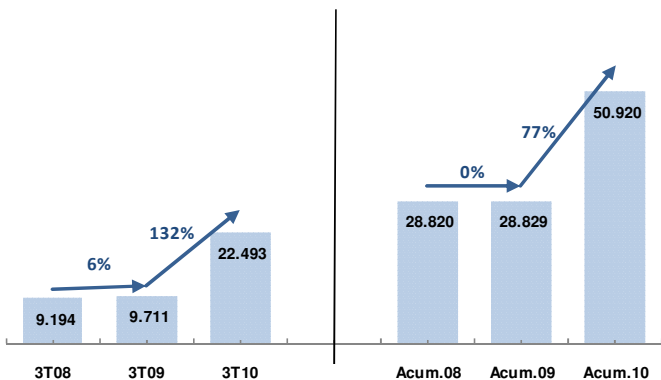
Despesas Comerciais e Administrativas



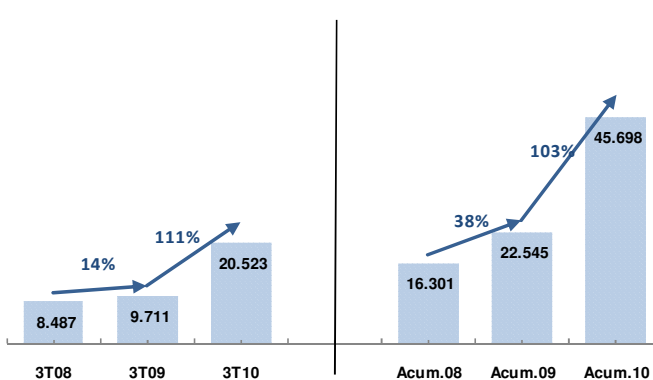
As despesas comerciais aumentaram 39% quando comparada ao mesmo período de 2009 em função do aumento do volume de vendas. Estas despesas representam 15% da receita líquida em 2010, mesmo percentual verificado em 2009.

As despesas administrativas aumentaram 9% quando comparadas ao terceiro trimestre de 2009 em função dos gastos com implantação de sistemas de gestão, mas medidas em percentual da receita líquida diminuíram de 4% para 3%.

EBIT



EBIT Ajustado

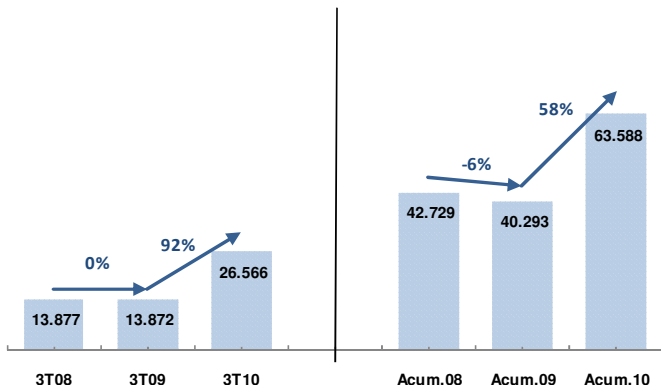


O EBIT Ajustado cresceu 111% representando 14% da receita líquida.

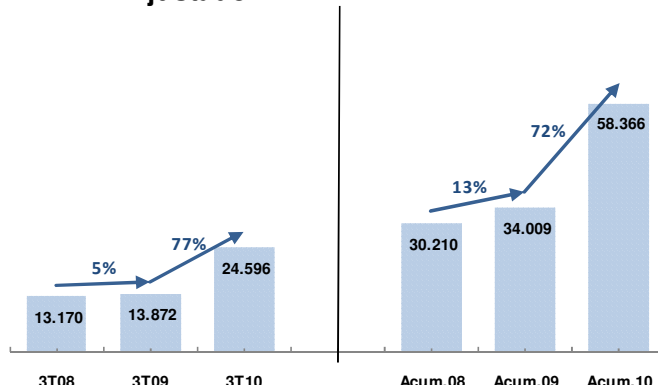
EBIT	3T08	3T09	3T10
Lucro Operacional Bruto	35.814	29.731	47.281
Despesas com Vendas	(20.193)	(15.872)	(22.098)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.292)	(4.042)	(4.388)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	(2.135)	(106)	1.698
(=) EBIT	9.194	9.711	22.493
Receitas Não Recorrentes	(707)	-	(1.970)
(=) EBIT Ajustado	8.487	9.711	20.523
% da receita líquida	7%	9%	14%

* **EBIT Ajustado:** Consiste no ajuste dos lançamentos não recorrentes efetuados no período. As receitas não recorrentes referem-se em 2008, aos recebíveis do empréstimo compulsório da Eletrobrás; e em 2010, à inclusão de novos débitos no parcelamento previsto na Lei 11.941/09 (R\$ 5.577), a contingências trabalhistas (R\$ 1.589) e ao complemento de Recebíveis da Eletrobrás (R\$ 9.136). O EBIT Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

EBITDA



EBITDA Ajustado

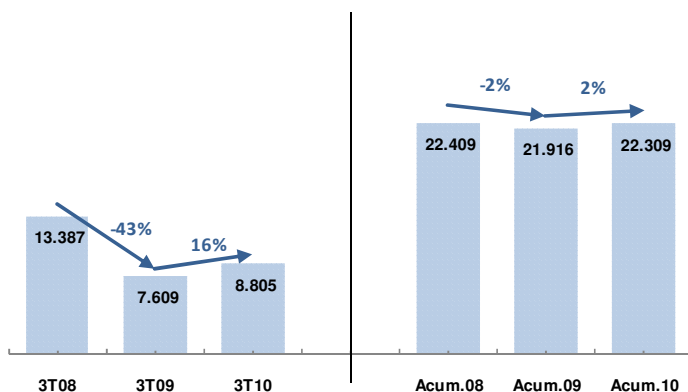


O EBITDA Ajustado cresceu 77% representando 17% da receita líquida.

EBITDA	3T08	3T09	3T10
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(7.209)	1.302	17.220
Receita (Despesa) Financeira Líquida	13.387	7.609	8.805
Depreciação, amortização e exaustão	4.683	4.161	4.073
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.014	798	(3.535)
Participação Minoritária	2	2	3
(=) EBITDA	13.877	13.872	26.566
Receitas Não Recorrentes	(707)	-	(1.970)
(=) EBITDA Ajustado	13.170	13.872	24.596
% da receita líquida	12%	13%	17%

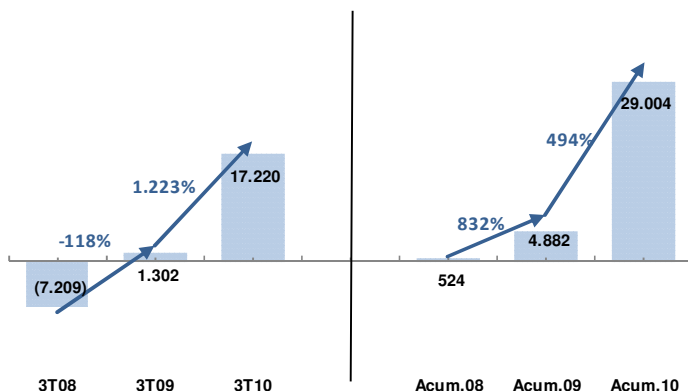
* **EBITDA AJUSTADO**: Consiste no resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciação e amortizações e exclui os efeitos não recorrentes, não vinculados ao ciclo de negócios da Companhia. As receitas não recorrentes referem-se em 2008, aos recebíveis do empréstimo compulsório da Eletrobrás; e em 2010, à inclusão de novos débitos no parcelamento previsto na Lei 11.941/09 (R\$ 5.577), a contingências trabalhistas (R\$ 1.589) e ao complemento de Recebíveis da Eletrobrás (R\$ 9.136). O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de depreciação e amortização.

Despesas Financeiras Líquidas



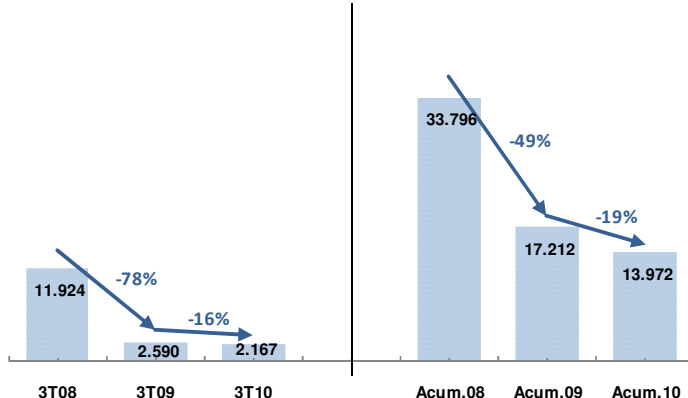
As despesas financeiras líquidas aumentaram 16%, quando comparado ao terceiro trimestre de 2009, influenciada pelas atualizações dos parcelamentos dos novos débitos que não estavam registrados no terceiro trimestre de 2009, e aumento da dívida em função dos investimentos realizados em 2009 e início de 2010. No montante acumulado houve um aumento de 2% nas despesas financeiras em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Líquido



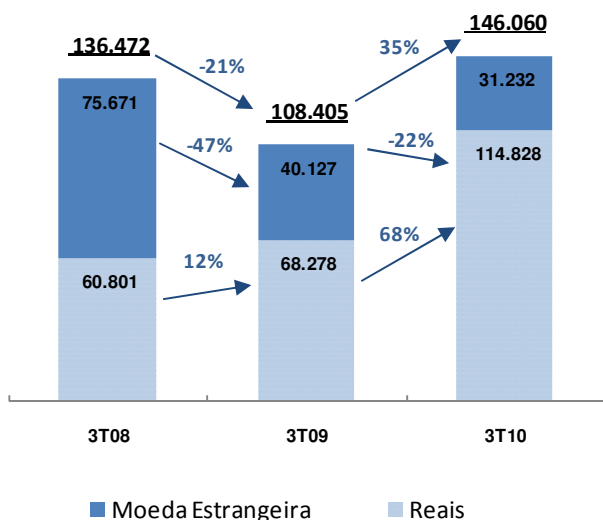
O resultado líquido aumentou 1.223% quando comparado ao terceiro trimestre de 2009, consequência dos melhores níveis de faturamento, do reconhecimento de IR e CSLL diferidos sobre prejuízos acumulados e diferenças temporárias, e das diversas ações adotadas pela Administração.

Investimentos



O programa de investimentos executado no terceiro trimestre de 2010 foi menor que no mesmo período do ano anterior, uma vez que a expansão da capacidade de produção ocorreu no 1T10, e os investimentos em modernização e atualização tecnológica previstos para o ano serão realizados em sua maior parte neste semestre.

Endividamento Bancário



O endividamento bancário aumentou 35% comparado ao mesmo período do ano anterior, em função dos investimentos realizados no parque fabril que foram em sua totalidade financiados, e do aumento da necessidade de capital de giro para financiar o aumento das vendas.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO LÍQUIDO	3T08	3T09	3T10
Circulante	104.158	86.087	89.973
Não Circulante	32.314	22.318	56.087
(=) Total do Endividamento Bancário	136.472	108.405	146.060
Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	9.301	7.546	14.184
(=) Total do Endividamento Bancário Líquido	127.171	100.859	131.876

ALAVANCAGEM FINANCEIRA	3T08	3T09	3T10
Endividamento Bancário Líquido	127.171	100.859	131.876
Endividamento Tributário	143.671	152.492	152.500
EBITDA (últimos 12 meses)	53.346	55.376	81.143
(=) Dívida Bancária Líquida / EBITDA	2,4	1,8	1,6
(=) Dívida Bancária Líquida e Tributária Líquida / EBITDA	5,1	4,6	3,5

CAPITAL DE GIRO

CAPITAL DE GIRO	3T08	3T09	3T10	Variação %	Variação Nominal
Contas a receber	76.684	72.456	99.741	38%	27.285
Adiantamento a Fornecedores	3.173	607	2.426	300%	1.819
Estoques	61.698	63.696	82.883	30%	19.187
Fornecedores	(61.404)	(71.341)	(73.373)	3%	(2.032)
Adiantamento a Clientes	(16.703)	(17.099)	(16.194)	-5%	905
Capital de Giro Aplicado	63.448	48.319	95.483		47.164

A necessidade de capital de giro aumentou no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior por três principais fatores: (i) em 2009 estiveram em vigor condições excepcionais de prazo de alguns dos maiores fornecedores, principalmente de energia e de esmaltes e corantes, como apoio à Companhia em função da parada de produção de seu parque fabril em dezembro de 2008 causada pela interrupção do fornecimento de gás natural; (ii) o aumento de vendas requereu maior financiamento a clientes; e (iii) o aumento da capacidade de produção própria e das compras de produtos produzidos por terceiros levou a maior nível de estoques.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

A cotação das ações da PORTOBELLO passou de R\$ 1,60 em 30 de junho de 2010 para R\$ 1,74 em 30 de setembro de 2010, um crescimento de 9%. O volume trimestral negociado reduziu de R\$ 1.079 mil para R\$ 461 mil.



RECONHECIMENTOS

- Prêmio 500 Melhores Empresas do Sul do Brasil. A Companhia ocupou a 28ª posição (31º em 2008) no ranking das 100 Maiores Empresas de Santa Catarina e o 148º lugar (161º em 2008) nas Maiores do Sul;
- Prêmio PINI de Melhor Fornecedora na categoria de Revestimento Cerâmico, na 16ª edição do prêmio;
- Prêmio Top of Mind da revista Casa & Mercado.

PERSPECTIVAS

- Manutenção do Imposto sobre produtos industrializados em 0% até o final do ano, como incentivo do governo para construção civil;
- Diminuição do custo de produção em função dos investimentos realizados no parque fabril;
- Aumento das vendas de produtos adquiridos de terceiros;
- Re-estruturação dos financiamentos para capital de giro, com redução de taxas de juros;
- Continuidade da forte demanda para materiais de construção.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM 381 de 14/01/2003, a empresa informa que a auditoria independente é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a qual não presta qualquer outro tipo de serviço para a empresa ou suas subsidiárias.

Os integrantes da Administração da Companhia são:

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
Mario A. F. Baptista	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente
Glauco José Côte	Conselheiro	Independente
Mailson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	Independente
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Maurício Levi	Conselheiro	Independente
Rami Naun Goldfajn	Conselheiro	Independente

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Posição em 30.09.10				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundos Adm. pela Fama Fundo de Inv.Ações ¹	42.229.909	26,56	42.229.909	26,56
Cesar Gomes Junior	24.412.019	15,35	24.412.019	15,35
Eleonora Ramos Gomes	21.841.160	13,74	21.841.160	13,74
Eduardo Ramos Gomes	9.100.364	5,72	9.100.364	5,72
Maria Gertrudes da Luz Gomes	8.987.465	5,65	8.987.465	5,65
Paulo Bastos Gomes	8.526.297	5,36	8.526.297	5,36
Outros	43.911.710	27,62	43.911.710	27,62
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00

1 – Fundos Administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações, composto por diversos fundos sendo que somente o Fama Fut. Mas. Fundo Inv. Ações possui participação superior a 5% sobre o total de ações.

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Posição em 30.09.10				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	49.768.591	31,30	49.768.591	31,30
Administradores				
Conselho de Administração	54.964	0,03	54.964	0,03
Diretoria	45.603	0,03	45.603	0,03
Conselho Fiscal	2	-	2	-
Outros Acionistas	109.139.764	68,64	109.139.764	68,64
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00
Ações em Circulação	109.139.766	68,64	109.139.766	68,64

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Posição em 30.09.09				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundos Adm. pela Fama Fundo de Inv.Ações ¹	33.461.409	21,04	33.461.409	21,04
Eleonora Ramos Gomes	27.329.560	17,19	27.329.560	17,19
Cesar Gomes Junior	24.412.019	15,35	24.412.019	15,35
Eduardo Ramos Gomes	10.850.364	6,82	10.850.364	6,82
Paulo Bastos Gomes	9.146.497	5,75	9.146.497	5,75
Maria Gertrudes da Luz Gomes	8.987.465	5,65	8.987.465	5,65
Valério Gomes Neto	8.879.480	5,58	8.879.480	5,58
Outros	35.942.130	22,62	35.942.130	22,62
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00

1 – Fundos Administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações, composto por diversos fundos sendo que somente o Fama Fut. Mas. Fundo Inv. Ações possui participação superior a 5% sobre o total de ações.

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Posição em 30.09.09				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	55.256.991	34,75	55.256.991	34,75
Administradores				
Conselho de Administração	54.965	0,03	54.965	0,03
Diretoria	34.200	0,02	34.200	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Outros Acionistas	103.662.768	65,20	103.662.768	65,20
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00
Ações em Circulação	103.662.768	65,20	103.662.768	65,20

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

O Estatuto Social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Portobello S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre a revisão limitada das
informações contábeis trimestrais
referentes ao trimestre findo
em 30 de setembro de 2010**

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Portobello S.A.

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (individuais e consolidadas) da Portobello S.A. e Portobello S.A. e sociedades controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos valores adicionados, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional das Companhias, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Portobello S.A.

- 4 Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Conforme requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR, bem como os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

Joinville, 29 de outubro de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" SC